



CEB GERAÇÃO S/A

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de Reais

ATIVO	Nota	2016		2015	
			RECLASSIFICADO		RECLASSIFICADO
Ativo Circulante		8.711	8.904		
Caixas e Equivalentes de Caixa	6	6.113	6.488		
Caixa		2	5		
Equivalentes de Caixa		6.111	6.483		
Concessionários e Permissionários	7	1.696	1.623		
Serviços em curso	8	8	17		
Tributos Compensáveis	9	39	41		
Depósitos Judiciais e Cauções	10	10	0		
Despesas pagas antecipadamente	11	845	0		
Outros Ativos Circulantes		0	735		
Ativo Não Circulante	12	9.219	8.407		
Despesas Pagas Antecipadamente	12.1	2.113	3.803		
Imobilizado	12.2	5.698	4.374		
Intangível	12.3	1.408	230		
Total do ativo		17.930	17.311		
PASSIVO	Nota	2016		2015	
Passivo Circulante		3.029	3.709		
Fornecedores	13	889	869		
Obrigações Sociais e Trabalhistas	14	56	44		
Benefício pós-emprego	15	6	6		
Tributos	16	309	280		
Provisões para Litígios	17	1	1		
Dividendos a pagar	18	162	1.432		
Encargos Setoriais	19	989	849		
Provisão para Uso do Bem Público	20	359	0		
Partes Relacionadas	21	256	228		
Outros Passivos Circulantes		2	0		
Passivo Não Circulante	22	866	0		
Provisão para Uso do Bem Público		866	0		
Patrimônio Líquido	23	14.035	13.602		
Capital Social		7.575	7.575		
Capital Subscrito		7.575	7.575		
Reservas de Lucros		2.298	2.298		
Reserva Legal		1.515	1.515		
Reserva de Retenção de Lucros		783	783		
Dividendo Adicional Proposto		4.162	3.729		
Total do passivo		17.930	17.311		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO DIRETO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de Reais

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2016	2015
Entradas:		
Recebimento pela Venda de Energia Elétrica	16.387	15.375
Recebimento de Juros sobre Aplicação Financeira	728	885
Outros Recebimentos	735	-
Total de Entradas	17.850	16.260
Saídas:		
Operações com Energia Elétrica	(968)	(852)
Fornecedores de Materiais e Serviços	(2.803)	(2.809)
Salários, Remuneração e Encargos	(2.388)	(2.369)
Recursos Hídricos	(472)	(671)
Doações, Contribuições e Subvenções	(20)	(25)
Pagamento de Impostos	(1.982)	(1.953)
Encargos setoriais	(236)	(281)
Outros	(25)	(25)
Compra de Energia de Curto Prazo	-	(3.251)
Total de Saídas	(8.894)	(12.236)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	8.956	4.024

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Entradas/Saídas:	2016	2015
Aquisição de Imobilizado	(170)	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(170)	-

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Saídas:	2016	2015
Distribuição de Juros s/ Capital Próprio e Dividendos	(9.161)	(4.706)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(9.161)	(4.706)
Varição Líquida de Caixas e Equivalentes	(375)	(682)
SALDO DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	6.113	6.488
SALDO DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	6.488	7.170
AUMENTO DO SALDO LÍQUIDO DE CAIXA	(375)	(682)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A CEB GERAÇÃO S/A, Companhia cuja criação foi autorizada pela Lei Distrital nº. 2.648, de 26/12/2000, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília - CEB, regida pela Lei 6.404/76.

Em 12 de janeiro de 2006 foi formalizada a desverticalização da CEB e, sob as disposições da Resolução Autorizativa ANEEL n.º 318, de 14.09.2005, foi dada autonomia e independência à CEB GERAÇÃO. A Companhia tem por objeto a geração e a comercialização de energia.

Em 16 de novembro de 2016 a Aneel alterou o regime de exploração da Usina do Paranoá, de serviço público para produção independente de energia, e a enquadrou como Pequena Central Hidrelétrica - PCH. Essa alteração resultou em desconto de 50% na TUSD, Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição, em isenção do encargo de P&D - Pesquisa e Desenvolvimento, e pagamento de UBP, Uso de Bem Público.

2 - PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Práticas Contábeis Gerais Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em passivos financeiros, não mensurados a valor justo e ativos financeiros classificados como destinados à negociação são ajustados ao seu valor de mercado em contrapartida ao resultado. Os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento ou recebíveis são contabilizados ao custo amortizado acrescido dos rendimentos, ajustado ao valor provável de realização quando este for menor. Os passivos financeiros não mensurados a valor justo são avaliados ao custo amortizado, acrescido dos encargos financeiros calculados pro-rata temporis. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias e títulos a receber. O principal passivo financeiro reconhecido pela Companhia é fornecedores.

Caixa e equivalentes de caixa

As contas caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão

Esta Interpretação define a forma de contabilização dos ativos de concessões quando atendidas determinadas condições. O entendimento da Companhia é de que esta Interpretação não se aplica nesta concessão.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de Reais

	Nota	2016	2015
			RECLASSIFICADO
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24.1	15.101	13.832
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	24.2		
Energia de Curto Prazo		(845)	(3.250)
(-) Repactuação do Risco Hidrológico		0	3.803
Ajuste de Inadimplência - Mercado de Curto prazo		0	(88)
Custo de Uso da Rede Elétrica		(991)	(864)
Contribuições de Agente		(12)	(16)
		(1.848)	(415)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		13.253	13.417
DESPESAS OPERACIONAIS	24.3		
Material		(40)	(26)
Serviços de Terceiros		(3.192)	(2.928)
Tributos		(46)	(43)
Depreciação		(365)	(336)
Pessoal		(1.792)	(1.762)
Administradores		(886)	(875)
Provisão para Litígios		0	(1)
(-) Reversão de Provisão para Litígios		0	3
(-) Recuperação de Despesas		1.901	30
Gastos Diversos		(436)	(97)
		(4.856)	(6.035)
RESULTADO DO SERVIÇO		8.397	7.382
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	24.4		
Receitas Financeiras		762	896
Despesas Financeiras		(92)	(67)
RESULTADO FINANCEIRO		670	829
RESULTADO DO SERVIÇO, ANTES DA	24.5		
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA			
Contribuição Social		(247)	(246)
Imposto de Renda		(496)	(507)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		8.324	7.458
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		1,10	0,98

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de Reais

	2016	2015
Geração de Riqueza		
Receita Operacional (Receita bruta de vendas de energia e serviços)	16.486	15.331
Suprimento de energia	15.550	15.014
CCEAR	9.935	12.989
MCS D	5.615	2.025
Energia de Curto Prazo	936	317
(-) Insumos (insumos adquiridos de terceiros: compra de energia, material, serviços de terceiros, etc.)	(3.602)	(3.422)
= Valor Adicionado Bruto	12.884	11.909
(-) Quotas de Reintegração (depreciação, amortização)	(365)	(336)
= Valor Adicionado Líquido	12.519	11.573
+ Valor Adicionado Transferido (receitas financeiras, resultado da equivalência patrimonial)	762	896
= Valor Adicionado a Distribuir	13.281	12.469
Distribuição da Riqueza - Por Partes Interessadas		
Empregados (Empregados e Administradores)	2.678	2.638
Governo (Impostos, Taxas E Contribuições)	47	43
Financiadores (Despesa financeira, empr. e financ.)	92	67
Acionistas (Lucro Líquido)	8.324	7.458
= Valor Adicionado Distribuído (Total)	11.141	10.206
Distribuição da Riqueza - Governo e Encargos Setoriais		
Tributos/Taxas/Contribuições	1.345	1.313
PIS/PASEP	107	100
COFINS	495	460
IRPJ do exercício	496	507
CSLL a pagar do exercício	247	246
Encargos Setoriais	795	950
RGR	76	130
Contribuições de Agentes - CCEE/O N S	12	16
CFURH	512	588
TFSEE	55	71
P&D	140	145
= Valor Distribuído (Total)	13.281	12.469

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízo) Acumulados	Dividendo a disposição da AGO	Total
		Capital Subscrito	Reserva Legal			
SALDO EM 31.12.2014	7.575	1.515	783	0	2.408	12.281
Pagamento de Dividendos	-	-	-	-	(2.408)	(2.408)
Lucro do exercício	-	-	-	7.458	-	7.458
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Dividendos a distribuir	-	-	-	(7.458)	3.729	(3.729)
SALDO EM 31.12.2015	7.575	1.515	783	0	3.729	13.602
Pagamento de Dividendos	-	-	-	-	(3.729)	(3.729)
Lucro do exercício	-	-	-	8.324	-	8.324
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Dividendos a distribuir	-	-	-	(8.324)	4.162	(4.162)
SALDO EM 31.12.2016	7.575	1.515	783	-	4.162	14.035

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CEB GERAÇÃO S/A

Concessionárias e Permissionárias

Incluem a geração da energia elétrica faturada, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e renegociação de dívidas, quando aplicável.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear.

Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia compreendem ativos adquiridos de terceiros e são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente pela taxa de 20% a.a.

Redução ao valor recuperável de ativos

A empresa avaliou o poder de recuperabilidade da usina Hidrelétrica do Paranoá, ativo de titularidade da CEB Geração conforme estabelecido no CPC-01 elaborado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Para estimar o valor em uso do ativo foi utilizada a metodologia do Fluxo de Caixa Descontado. Tal metodologia consiste na estimativa dos fluxos de caixa esperados que são então descontados a uma dada taxa que reflita o custo de capital do empreendedor.

Nos resultados obtidos, é possível destacar que a UHE Paranoá gera fluxo de caixa suficiente para remunerar a adequadamente considerando as taxas mínimas de atratividade estabelecidas. Portanto, podemos concluir que o valor alocado na conta de ativos imobilizado para a UHE reflete o seu valor justo e os ativos não estão registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado.

Passivo Circulante e Não Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real ou legal constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Os custos associados ao plano de complementação de aposentadoria e pensão, junto à Fundação CEB de Seguridade Social - FACEB são reconhecidos à medida que as contribuições são incorridas. Os passivos atuariais e os custos e despesas deles decorrentes são registrados em conformidade com a Deliberação CVM n 371/2000.

Apuração do Resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todas as concessionárias e permissionárias é efetuado mensalmente de acordo com a disponibilização dos valores pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Estimativas Contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração se baseie em estimativas e seu julgamento para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações nas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas e julgamento da Administração. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de provisão para contingências.

Receitas e despesas

Incluem os juros, variações monetárias incidentes sobre os direitos e obrigações sujeitos à atualização monetária até a data das demonstrações financeiras. O efeito líquido dessas atualizações está refletido no resultado do período.

Lucro por ação

É determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação na data das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

b) Práticas Contábeis Regulatórias - Específicas do Setor Elétrico

Plano de Contas

A Companhia adota o plano de contas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 605, de 11 de março de 2014, e alterações posteriores.

Ativos e Passivos Regulatórios

A Companhia não possui Ativos ou Passivos Regulatórios.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A Companhia entende não haver necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerando não haver risco de perdas com estes créditos.

Imobilizado

i. Ativo Imobilizado em Serviço - AIS

• Bens e Instalações em função do serviço concedido

Os bens e direitos em função do serviço concedido são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares ou em registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço.

• Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015, que estabelece as taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço das concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor elétrico, conforme tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE (Vide nota explicativa nº 8).

Referidas taxas foram avaliadas pela Companhia, tendo concluído que as mesmas refletem a vida útil do seu ativo imobilizado.

ii. Ativo Imobilizado em Curso - AIC

Bens e instalações em formação ou construção.

• Rateio de Administração Geral (RAG)

É a transferência para as Ordens em Curso da parcela registrada na Administração Central que indiretamente trabalhou para o investimento. O valor é calculado em até 10% da apropriação de Pessoal e de Serviço de Terceiros nas Ordens em Curso.

• Encargos Financeiros

Em função do disposto na Instrução Contábil nº 6.3.6 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 605, de 11 de março de 2014, e na Deliberação CVM nº 672, de 20 de outubro de 2011, os juros, variações monetárias e encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão apropriados às ordens em curso como custo.

Encargos Regulatórios

a) Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, Programa de Eficiência Energética - PEE e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.

As empresas geradoras de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para reinvestimentos nesses programas.

b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE.

Calculadas pela ANEEL, incidente sobre a geração de energia, considerando o valor econômico agregado pela concessionária.

Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Os registros das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, definidos pela CCEE, estão reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações fornecidas por aquela entidade e/ou por estimativa, quando essas informações não estão disponíveis.

3 - DAS CONCESSÕES

Apesar de, em 2005, ter ocorrido a segregação das atividades de geração da CEB para a CEB Geração S.A. (CEB G) - anuído por meio da Resolução Autorizativa nº 318, de 14 de setembro de 2005 -, não houve a celebração do correspondente contrato de concessão formalizando a transferência das atividades. Diante disso foi assinado o Termo Aditivo transferindo oficialmente a titularidade da concessão da CEB H para a CEB G e formalizada a extensão de prazo de vigência da outorga de concessão até 29/04/2020, devida à repactuação ocorrida.

O empreendimento do Paranoá foi enquadrado como PCH - Pequena Central Hidrelétrica, permitindo que a ele fossem conferidos os benefícios previstos na legislação pertinente para esse tipo de central geradora. Foi assinado em dezembro de 2016 o novo Contrato de Concessão nº 001/2016-Aneel, na qual a CEB Geração pode atuar como Produtora Independente de Energia.

A Usina Termelétrica Brasília deu-se o término contratual da concessão, no dia 07/07/2015, o processo de decadência pela ANEEL (ofício 661/2015-SCG/ANEEL) deveu-se a vários fatores: projeto da década de 50, custo de energia mais caro do Brasil, ausência de peças, ausência de modernização, questões ambientais e não foi mais despachada pelo ONS desde 2009, sendo até retirada do quadro de Usinas disponíveis à Operação do Sistema Nacional. Os ativos dessa Usina estão sendo avaliados visando sua desmobilização. A venda desses ativos deverá ocorrer após a regulamentação da reversão dos bens vinculados às concessões de geração de energia elétrica por ocasião de sua extinção, de forma a não abranger bens que não sirvam para a prestação do serviço ao qual estavam afetos.

Usinas	Potência instalada	Localização
PCH - Paranoá	30 MW	Rio Paranoá - DF
Usina Termelétrica de Brasília	10 MW	Área de Serviços Públicos - Trecho 4, Lote A - Brasília - DF

4 - CONTINGÊNCIAS JURÍDICAS

4.1 - Contingência Trabalhista

Processo nº 0001377-33.2013.5.10.0006 (Proc. CEB: 093.000.039/2013) 6ª Vara Trabalhista de Brasília a Reclamação trabalhista proposta por Luciano Campitelli Conti contra a CEB Geração S.A., sobre pagamento de adicional mensal de "condutor autorizado especial", Plus salarial no importe de 40% do salário do Reclamante, em face do acúmulo de funções e adicional de periculosidade no importe de 30%, tudo com reflexos em férias, terço constitucional, 13º salários, FGTS e verbas rescisórias, além de férias do período de 2011/2013 acrescentando 60%, férias proporcionais de julho de 2012/janeiro de 2013, férias em dobro de 2009 a 2013, 60% de adicional de férias. A CEB apresentou defesa alegando que o reclamante por ter sido ocupante de emprego em comissão, realizada perícia que concluiu que o reclamante adentrava em área de risco habitualmente em condições de periculosidade. Foi declarada incompetência da justiça trabalhista para julgar devido à natureza do cargo. Em março/2015, o recurso ordinário interposto pelo Reclamante foi julgado procedente, e determinada a remessa dos autos para a vara de origem. O processo retornou à vara originária em 25/03/2015 e realizada nova audiência de encerramento de instrução, sem proposta de acordo. Foi proferida sentença julgando improcedente todos os pedidos do autor. O Reclamante interpôs recurso ordinário, que foram contra-arrazoados pela CEB-G. Atualmente os autos se encontram conclusos com o Relator desde 23.09.2016. Valores, bens ou direitos envolvidos R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Classificada como possível de perda.

4.2 - Terreno

O terreno onde está localizada a PCH - Paranoá é de propriedade da TERRACAP e sofre ações judiciais de espólio de "Sebastião de Souza e Silva e Outros", que contestam a propriedade da área. Esforços de regularização da situação dominial do mesmo são realizados pela CEB Geração, desde a sua criação.

Em 26/11/2010, o juiz de direito que analisou o processo 2002.01.1.085001-7 determinou a exclusão da ação do "CARTÓRIO DO 1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DA COMARCA DE PLANALTINA ESTADO DE GOIÁS" do pólo passivo da lide, por falta-lhe personalidade jurídica para residir em juízo e, no mérito, julgou improcedente os pedidos formulados com a inicial. Com fundamento no art. 269, I do CPC, declarou resolvido o processo e determinou que as custas do processo fossem pagas pelo autor.

Em 15/04/2011, foi julgado o recurso pela 2ª Turma do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, tendo sido decretada a nulidade do processo que foi extinto sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, VI do CPC. A decisão foi unânime, fundamentada no sentido de que "em se tratando de pedido de anulação de compra e venda de imóvel rural, devem constar no pólo passivo da demanda todos os participantes do negócio jurídico, vendedores inclusive, eis que, nos termos do art. 47 do CPC, deve ser decidida a lide de modo uniforme para todas as partes envolvidas". Contra a decisão, houve Recurso Especial da TERRACAP, acompanhado de Recurso Especial Adesivo do autor, que permanecem no aguardo de julgamento.

5 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda usual da Companhia, com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas (Lei n.º 6.404/76), incorporando as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em razão de ser subsidiária integral de companhia aberta.

A Companhia optou por aplicar a isenção com relação ao ICPC 10 - avaliação do valor justo dos ativos de geração. Essa interpretação incentiva fortemente que na adoção inicial do Pronunciamento CPC 27 (IAS 16), seja estabelecido um valor justo daqueles bens de valores relevantes ainda em operação e que apresentem valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo.

Entretanto, a Companhia fez uma avaliação a valor justo dos seus ativos de geração mais antigos, quais sejam: a Usina Hidrelétrica do Paranoá - UHPA e Usina Termelétrica de Brasília, que entraram em operação no ano de 1962, e que se encontram, em média, com 80% desses ativos já depreciados, e concluiu que esse valor justo é o valor contábil, não sendo necessária nova avaliação desses bens do ativo.

A CEB Geração avaliou os eventos subsequentes até 23 de janeiro de 2017, que é a data da aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria da empresa.

Os Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal gestor das operações da empresa para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia. Conseqüentemente, a empresa concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte que é de geração e comercialização de energia.



CEB GERAÇÃO S/A

5.1 Reclassificação nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015

Em atendimento ao novo Plano de Contas do Setor Elétrico, as demonstrações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram reclassificadas com o objetivo de apresentar de forma mais adequada os valores daquela data, para fins de comparabilidade como segue:

BALANÇO PATRIMONIAL

(a) No Ativo Circulante a conta Devedores Diversos no valor de R\$ 776 mil, foi desmembrada nas rubricas Tributos Compensáveis no valor de R\$ 41 mil e Outros Ativos Circulantes, de R\$ 735 mil.

(b) No Passivo Circulante as contas Tributos e Contribuições Sociais no valor de R\$ 126 mil e Imposto de Renda e Contribuição Social de R\$ 154 mil foram consolidadas na rubrica Tributos totalizando o valor de R\$ 280 mil.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

(a) Na Demonstração de Resultado, os custos com Recursos Hídricos no valor de R\$ 588 mil e Taxa de Fiscalização de R\$ 71 mil, antes registrados como custos com energia elétrica foram transferidos para a rubrica encargos do consumidor como dedução da Receita de Venda, ocorrendo a redução de R\$ 659 mil no Custo com energia elétrica e ocasionando a redução da Receita Operacional Líquida no mesmo montante.

(b) Nas Despesas Operacionais a rubrica Pessoal e Encargos Sociais foi reduzida no valor de R\$ 834 mil relativo às despesas com diretoria, sendo este transferido para a rubrica Administradores juntamente com a conta Conselho Fiscal - Honorários e Encargos Sociais, totalizando o montante de R\$ 875 mil.

6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados por aplicações em CDB de curto prazo. O valor desses instrumentos, reconhecidos nestas Demonstrações financeiras se aproxima ao de valor de mercado, mediante comparação de taxas de juros contratuais com as taxas de juros prevalentes no mercado em operações similares na data e estão compostas como se segue:

	R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Caixa Geral	2	1
Banco Conta Movimento	0	4
Caixa	2	5
Aplicações Financeiras		
BRB - CDB	2.268	5.954
Bradesco - CDB	3.843	529
Equivalente de Caixa	6.111	6.483
TOTAL	6.113	6.488

7 - CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS

O saldo das contas a receber de Concessionários e permissionários em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 1.696 mil, é decorrente da energia vendida no último mês do trimestre e da última parcela da energia vendida no mês anterior.

	R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Concessionárias e Permissionárias	1.696	1.623

8 - SERVIÇOS EM CURSO

Refere-se à aplicação no Projeto de Gestão do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento para o ano de 2016, cadastro junto a ANEEL. O saldo em 2016 é de R\$ 8 mil e R\$ 17 mil em 2015.

9 - TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

O saldo da conta é decorrente de PIS/COFINS a compensar de Exercícios anteriores. O saldo em 2016 é de R\$ 39 mil e R\$ 41 mil em 2015.

10 - DEPOSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

Refere-se ao depósito em conta garantia para o leilão de venda de energia. O saldo em 2016 é de R\$ 10 mil e R\$ 0 em 2015.

11 - DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Trata-se do saldo de crédito junto a CCEE, referente à repactuação de risco Hidrológico, após amortização, classificados no curto prazo, conforme item 12.1. O saldo em 2016 é de R\$ 845 mil e R\$ 0 em 2015.

12 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

12.1 Despesas pagas antecipadamente

Trata-se de crédito junto a CCEE, relativo ao prêmio gerado na repactuação do risco Hidrológico (item 29), classificados no longo prazo em função do prazo de amortização, conforme quadro:

	R\$ mil
AMORTIZAÇÃO RISCO HIDROLÓGICO	31/12/2016
Prazo de Amortização Produto SP 100	54 meses
Valor total do Prêmio	3.803
Repactuação Risco Hidrológico - longo prazo	2.113
Repactuação Risco Hidrológico - curto prazo	1.690
(-) Amortização acumulada Repactuação Risco Hidrológico	(845)
Repactuação Risco Hidrológico - curto prazo - Valor Residual	845

12.2 Imobilizado em Serviço e Imobilizado em Curso

Os bens estão registrados ao custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas

Descrição	Taxa	Composição do Imobilizado- R\$ Mil						
		Custo de Aquisição em 31/12/15	Baixas/ Ajustes Inventário em 31/12/16	Aquisições/ Transferência Em 31/12/16	Custo de Aquisição em 31/12/16	Depreciação Acumulada em 31/12/16	Imobilizado Líquido em 31/12/16	Imobilizado Líquido em 31/12/15
Terrenos	-	18	-	-	18	-	18	18
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	2.795	-688	-	2.107	-1.126	981	1.510
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2% a 4%	5.179	-537	-	4.642	-2.685	1.957	436
Maquinas e Equipamentos	2,5% a 16,67%	7.884	1.086	170	9.140	-7.240	1.900	1.388
Veículos	14,29%	83	7	-	90	-89	1	7
Móveis e Utensílios	6,25%	154	-4	-	150	-58	92	95
Sistema De Transmissão De Conexão								
Maquinas e Equipamentos	2,86% a 4%	897	-287	-	610	-289	321	501
Imobilizado Em Curso								
Serviço de Terceiros		419	-	9	428	-	428	419
Total do Imobilizado		17.429	-423	179	17.185	-11.487	5.698	4.374

Descrição	Taxa	Movimentação do Imobilizado - R\$ Mil					
		Imobilizado Líquido em 31/12/15	Baixas/ Ajustes Inventário 31/12/16	Aquisições/ Transferência Em 31/12/16	Ajuste de Mudança de Estimativa de Depreciação em 31/12/16	Depreciação em 31/12/16	Imobilizado Líquido em 31/12/16
Terrenos	-	18	-	-	-	-	18
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	1.510	-688	-	205	-46	981
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2% a 4%	436	-537	-	2.156	-98	1.957
Maquinas e Equipamentos	2,5% a 16,67%	1.388	1.086	170	-606	-138	1.900
Veículos	14,29%	7	7	-	-7	-6	1
Móveis e Utensílios	6,25%	95	-4	-	10	-9	92
Sistema De Transmissão De Conexão							
Maquinas e Equipamentos	2,86% a 4%	501	-287	-	129	-22	321
IMOBILIZADO EM CURSO							
Serviço de Terceiros		419	-	9	-	-	428
Total do Imobilizado		4.374	-423	179	1.887	-319	5.698

O total do imobilizado, R\$ 5.698 mil (líquido da depreciação acumulada) são decorrentes, em sua maioria, da transferência de ativos da Companhia Energética de Brasília - CEB no processo de desverticalização ocorrido em 12 de janeiro de 2006. O valor do saldo do Imobilizado em Curso - R\$ 428 mil, até o mês de dezembro de 2016, refere-se aos serviços de terceiros com projetos de modernização da Usina Hidrelétrica.

12.3 Intangível

Descrição	Tx Amortização	Composição do Intangível- R\$ Mil			
		Custo de Aquisição em 31/12/2016	Amortização Acumulada em 31/12/2016	Intangível Líquido em 31/12/2016	Intangível Líquido em 31/12/2015
Softwares	20%	250	-66	184	230
Uso do Bem Público		1.224	-	1.224	0
		1.474	-66	1.408	230

Descrição	Tx Amortização	Movimentação do Intangível - R\$ Mil		
		Intangível Líquido em 31/12/2015	Amortização em 31/12/2016	Intangível Líquido em 31/12/2016
Softwares	20%	230	-46	184
Uso do Bem Público		-	-	1.224
		230	-46	1.408

O total do intangível, R\$ 1.408 mil (líquido da amortização acumulada) compreende o valor de Uso do Bem Público, de R\$ 1.224 mil, que será amortizado durante todo o período da concessão e o Sistema Integrado de Gestão e cessão de direito de uso de software, de R\$ 184 mil.

13 - FORNECEDORES

	R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	889	869

A conta de fornecedores engloba os valores de materiais e serviços para pagamento em, no máximo, 30 dias.

respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, revisado pela Resolução Normativa ANEEL nº. 674, de 11 de agosto de 2015.

A Companhia concluiu em abril de 2016 o Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis em que foi realizada a identificação dos ativos com inspeções em campo, ordenação dos ativos por tipo de unidade de cadastro (TUC), conciliação dos valores e análises das taxas de depreciação de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico MCSE. A partir da análise dos resultados ocorreu à baixa contábil no valor de R\$ 423 mil, e o fato de serem bens 100% depreciados reforça a possibilidade de que estes ativos de fato não estejam mais a serviço da CEB Geração. Fez-se necessário também um ajuste no valor de R\$ 1.887 mil relativo à mudança de estimativa na depreciação, ocasionando assim uma recuperação de despesa no período.

14 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Encargos	56	44

Representam os valores provisionados de salários, tributos e encargos sociais sobre folha de pagamento.

15 - BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

	R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Benefício Pós-emprego	6	6

Trata-se do valor da contribuição da parcela do empregador à entidade de previdência privada em benefício dos seus diretores.

16 - TRIBUTOS

	R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	112	95
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	58	59
PIS	10	8
COFINS	45	39
INSS Pessoa Jurídica	16	17
IR - CSLL/ PIS/ COFINS	65	57
ISS	3	5
TOTAL	309	280

Os Tributos estão compostos pelos valores devidos do IRPJ e da CSLL relativos ao 4º trimestre, pelas contribuições sociais para o Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e os impostos e contribuições retidos dos fornecedores de serviços.

17 - PROVISÕES PARA LITÍGIOS

	R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Provisão de Contingência	1	1



CEB GERAÇÃO S/A

Refere-se à provisão de contingência cível.

18 - DIVIDENDOS A PAGAR

	R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Dividendos Propostos	162	1.432

19 - ENCARGOS SETORIAIS

	R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Recursos Hídricos	119	78
Quota para a Res. Global de Reversão	0	13
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	865	754
Taxa de Fiscalização ANEEL	5	4
TOTAL	989	849

Referem-se aos valores devidos Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos, à Quota para a Reserva Global de Reversão - RGR fixada pelo Despacho nº 2.562 de 23 de setembro de 2016, da ANEEL, valores retidos e não utilizados nos programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P & D, que são remunerados pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, até a sua efetiva aplicação nos projetos, bem como a Taxa de Fiscalização ANEEL fixada pelo Despacho nº 2.012 de 27/07/2016, da ANEEL.

20 - PROVISÃO PARA USO DO BEM PÚBLICO

	R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Provisão - Uso do Bem Público	359	0

Refere-se à constituição de provisão do Uso do Bem Público, em conformidade com o Contrato de concessão nº 001/2016 e Resolução Autorizativa/ANEEL nº 6.120 de 16/11/2016, que será amortizado até o final da concessão.

21 - PARTES RELACIONADAS

	R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Custo de Uso da Rede Elétrica - CUSD	100	79
Pessoal Requisitado	156	149
TOTAL	256	228

Valores devidos à CEB Distribuição S/A, decorrentes do uso da rede elétrica e de pessoal requisitado no mês de dezembro.

22 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

22.1 Provisão para Uso do Bem Público

Trata-se da segregação da constituição de provisão do Uso do Bem Público classificados no longo prazo, conforme item 20. O saldo em 2016 é de R\$ 866 mil e R\$ 0 em 2015.

23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 24 de maio de 2007, por conta de decisão emanada por Resolução da 8ª Assembléia Geral Ordinária - AGO, realizada em 22 de maio de 2007, o Capital Social subscrito da Companhia foi reduzido em R\$ 2.750 mil, passando de R\$ 10.325 mil para R\$ 7.575 mil, que está dividido em 7.575.212 Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal, todas de propriedade da Companhia Energética de Brasília - CEB.

Espécie/Classe das ações	Quantidade de ações	%
Ordinárias Nominativas	7.575.212	100

	R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Lucro	8.324	
Dividendos Adicionais Propostos	4.162	
Dividendos Propostos	4.162	
Dividendos Intercalares (-)	4.000	
Dividendos Líquidos	162	

Reserva Legal

A Constituição da Reserva Legal atingiu o limite de 20% do capital social, segundo o art.193 da Lei 6.404/76.

Dividendos Intercalares

Em 10 de agosto de 2016, seguindo o disposto no Estatuto Social da Companhia arts. 6º, 7º, 8º, e 18º e 50º, a Assembleia Geral Extraordinária da CEB Geração, atendendo à solicitação do seu acionista único, antecipou o pagamento de dividendos relativos ao saldo contábil apresentado no 1º semestre do exercício de 2016 no valor de R\$ 4.000 mil.

24 - RESULTADO DO EXERCÍCIO

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

24.1 - Receita Operacional Líquida

DESCRIÇÃO	R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta de vendas de energia	16.486	15.331
Suprimento de Energia - CCEAR	9.935	12.989
Suprimento de Energia - MCSD	5.615	2.025
Suprimento de Energia de Curto Prazo	936	317
(-) Contribuições sociais sobre faturamento	-602	-560
(-) Encargos Setoriais	-783	-934
(-) Deduções da receita	0	-5
TOTAL	15.101	13.832

24.1.1 Contratos CCEAR

	R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Suprimento de Energia - CCEAR	9.935	12.989

Demonstra a comercialização de energia elétrica no período, calculada a partir dos contratos firmados no âmbito de Ambiente Regulado - CCEAR. Estes contratos são reajustados anualmente, pelo IPCA, na data de reajuste das distribuidoras compradoras.

24.1.2. Mecanismo de Compensação de Sobras e Débitos - MCSD

	R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Suprimento de Energia - MCSD	5.615	2.025

O mecanismo de Compensação de Sobras e Débitos (MCSD) é um ajuste estabelecido pelo artigo 29 Decreto nº 5.163/2004 que viabiliza a redução ou compensação dos volumes de CCEARs entre os agentes de distribuição.

As compensações resultantes do processamento do MCSD são formalizadas por meio de termos de cessão e têm caráter irrevogável e irretirável até o final do prazo de vigência do período de suprimento do contrato.

Dado o grande volume de CCEARs existentes nos processamentos do MCSD e o consequente volume de cessões entre os agentes de distribuição, a CCEE se tornou responsável por centralizar a apuração e liquidação financeira dos valores envolvidos nas cessões de energia provenientes desse mecanismo.

24.1.3. Energia Elétrica de Curto Prazo

	R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Energia Elétrica de Curto Prazo	936	317

A CEB GERAÇÃO liquida parte de sua energia gerada no mercado de Curto Prazo-MCP, ou mercado SPOT. O MCP é valorado ao preço da liquidação das diferenças-PLD. Participa ainda do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE que visa mitigar os riscos de geração inerentes ao setor, onde o mecanismo cede energia à geradora participante, em momentos de queda na geração própria, assim como recebe energia da geradora em momentos de geração excedente.

Em 2016, a CEB Geração permaneceu credora no mercado SPOT, no entanto as limitares ainda em vigor que protegem agentes deficitários impediram que a CCEE liquidasse integralmente o valor devido.

24.1.4. Impostos e contribuições sobre a receita

A Companhia optou pelo regime de tributação pelo Lucro Presumido e, por força da legislação vigente, recolheu as contribuições para o PIS e a COFINS com base no regime da Cumulatividade.

No período foram apropriados

	R\$ mil			
	PIS		COFINS	
	2016	2015	2016	2015
FATURAMENTO	107	100	495	460

24.1.5. Encargos Setoriais

	R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Quota da Reserva Global de Reversão - RGR	76	130
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	140	145
Recursos Hídricos	512	588
Taxa de Fiscalização	55	71
TOTAL	783	934

Referem-se aos encargos do consumidor a recolher, fixados anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, relativamente à Quota da Reserva Global de Reversão - RGR, recurso destinado à Pesquisa e Desenvolvimento - P & D, custo com vistas a efetuar a compensação financeira pela utilização do manancial de recursos hídricos da região e encargo cobrado pela ANEEL de todos os concessionários, permissões e autorizados do serviço de energia elétrica e que se constitui uma das receitas daquela Agência foram registrados como deduções das vendas, conforme dispõe o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

24.2. Custo com Energia Elétrica

	R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Energia de Curto Prazo	845	3.250
(-) Repactuação do Risco Hidrológico	0	(3.803)
Ajuste por Inadimplência	0	88
Custo de Uso da Rede Elétrica	991	864
Contribuições de Agente	12	16
TOTAL	1.848	415

24.2.1. Energia de Curto Prazo

Trata-se da amortização da Repactuação do Risco Hidrológico, com reflexo sentido nos custos com energia elétrica, totalizando R\$ 845 mil.

24.2.2. Custo de Uso da Rede Elétrica

Por ser assegurado à CEB Geração o acesso de suas instalações ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO na condição de produtora independente de geração de energia elétrica (Contrato de Concessão nº 001/2016), de acordo com o art. 15, § 6º da Lei nº 9.074/95, a Companhia firmou contrato com a CEB Distribuição para o uso da sua rede elétrica. Com isso, em 31 de dezembro de 2016, incorreu numa despesa com o CUSD na ordem de R\$ 991 mil.

24.3. Despesas Operacionais

	R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Material	40	26
Serviços de Terceiros	3.192	2.928
Tributos	46	43
Depreciação	365	336
Pessoal	1.792	1.762
Administradores	886	875
Provisão para Litígios	0	1
(-) Reversão de Provisão para Litígios	0	-3
(-) Recuperação de Despesas	-1.901	-30
Gastos Diversos	436	97
TOTAL	4.856	6.035

24.3.1. Serviços de Terceiros

Os contratos de manutenção e operação das instalações da usina (R\$ 2.154 mil) e Vigilância (R\$ 351 mil) compõem os maiores valores de serviços de terceiros.

24.3.2. Pessoal

Representam os custos com AVD de pessoal cedido da CEB Distribuição.

24.3.3. Administradores

Representam os custos com honorários e encargos da Diretoria e Conselho Fiscal.

24.3.4. Recuperação de Despesas

Fez-se necessário após inventário Físico dos bens de um ajuste relativo à mudança de estimativa na depreciação, ocasionando assim uma redução na despesa no exercício.

24.4. Receitas (Despesas) Financeiras

	R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Receitas	762	896
Despesas	-92	-67
TOTAL	670	829

As receitas auferidas pela Companhia são decorrentes das aplicações realizadas.

As despesas por sua vez, são decorrentes da atualização monetária de impostos, despesas bancárias e tributos incidentes sobre operações.

24.5. Provisões sobre o Resultado do Exercício

Em 2006, a Companhia optou pelo regime de tributação do Lucro Presumido e, por esse motivo, durante o 4º trimestre de 2016 recolheu R\$ 247 mil a título de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e R\$ 496 mil a título de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, conforme demonstração de cálculo:

	R\$ mil			
	31/12/2016		31/12/2015	
Descrição	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receitas de Suprimento	16.486	16.486	15.331	15.331
Outras Receitas	762	762	896	896
Alíquota	8%	12%	8%	12%
Base de Cálculo	2.081	2.740	2.123	2.736
Alíquota Aplicável	15%	9%	15%	9%
	312	247	319	246
Adicional 10%	184		188	
TOTAL	496	247	507	246

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 38, 39, 40, e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.



CEB GERAÇÃO S/A

Em 31 de dezembro de 2016, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e Equivalentes de caixa - são classificados como destinados à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Concessionários e Permissionários - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

26. DIVULGAÇÕES ADICIONAIS

Conciliação do Lucro do período com o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:

	R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Resultado do exercício/período	8.324	7.458
Ajustes para conciliar o resultado com o valor das disponibilidades geradas (aplicadas)		
Depreciação e amortização	365	336
Ajustes/ Baixas Inventário	(1.474)	0
Outros	3	1
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução Contas a Receber	-182	116
(Aumento) Redução Realizável de Longo Prazo	1.690	-3.803
Aumento (Redução) em fornecedores e outras contas	201	-130
Aumento (Redução) em impostos e contribuições sociais	29	46
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	8.956	4.024

27. QUESTÕES AMBIENTAIS

A Companhia pautou sua conduta pela preservação do Meio Ambiente e respeito à legislação ambiental, cujas ações voltadas para a sustentabilidade são diversas e cada vez mais arraigadas ao negócio da Empresa.

Em 31 de dezembro de 2016, dentre as ações voltadas à preservação do meio ambiente destacam-se:

- Continuidade do Programa de Visitas Monitoradas às Instalações da PCH - Paranoá. A CEB Geração recebe visitantes durante todo ano. Os principais públicos são as escolas públicas, as Universidades e as escolas privadas, além de órgãos públicos como a ANEEL e Eletronorte.
- Mantido o programa de coleta seletiva do lixo gerados internamente na CEB Geração, com a permanente conscientização dos empregados e colaboradores da empresa.
- Manutenção da política de manter a cota do Lago do Paranoá em níveis que permitam o uso múltiplo do reservatório, contribuindo com o paisagismo, a umidade da cidade e regulando as cheias a jusante da barragem.
- Ações de divulgação dos aspectos ambientais e da operação das usinas, durante as frequentes entrevistas para órgãos da imprensa escrita e televisada.
- A Companhia realizou a contratação, por meio de licitação, da empresa Fractal Engenharia Meio Ambiente e Inovação para a elaboração do Plano de Segurança da Barragem do Paranoá e do Plano de Ação de Emergência, para avaliar a segurança da estrutura e orientar a população quanto aos riscos envolvidos na operação da barragem.

28. SEGUROS DA COMPANHIA

A Companhia adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros, porém verificou-se que a Usina Hidrelétrica do Paranoá (UHPA) por se tratar de uma usina antiga, seria mais adequada a contratação de seguro com cobertura apenas para geradores e turbinas. A empresa está estudando a contratação de seguro para os citados equipamentos.

29. REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

A geração hidrelétrica no Brasil é responsável por aproximadamente 65% da capacidade geradora instalada total do país, o que demonstra que qualquer variabilidade no regime de chuvas produz um impacto no Setor Elétrico Brasileiro-SEB.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS opera as usinas hidrelétricas e termelétricas de forma otimizada e centralizada, com o objetivo de determinar a utilização dos recursos de forma a minimizar o valor esperado do custo operativo total do sistema (somatório dos custos presentes e dos custos futuros, trazidos a valor presente), levando em consideração a flutuação das afluências no período.

Para minimizar a exposição individual do gerador hidrelétrico ao risco hidrológico (incerteza do regime de chuvas) foi criado o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. O mecanismo realoca a energia entre os participantes, transferindo o excedente daqueles que geraram além de suas garantias físicas para aqueles que geraram abaixo.

No entanto, especialmente nos anos de 2014 e 2015, as baixas incidências de chuvas nas principais bacias responsáveis por grande parte do armazenamento do Sistema Interligado Nacional-SIN diminuiu a geração das usinas pertencentes ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. O somatório da energia gerada no sistema foi inferior à garantia física esperada. Este déficit de geração foi distribuído de maneira proporcional para cada gerador.

Nestas situações de déficit de geração sistêmico, as geradoras necessitam comprar energia no MCP para honrar seus contratos de venda.

Diante de continuas e grandes exposições negativas, muitas geradoras obtiveram liminares judiciais que obrigaram a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a suspender os efeitos financeiros do déficit hídrico para aqueles agentes. A CEB Geração S/A e outras empresas da mesma forma acionaram a via judicial. Em julho de 2015, obtiveram liminar que determinava a não aplicação do Ajuste do déficit hídrico (GSF) e proteção ao rateio da inadimplência a partir da contabilização de junho de 2015. Em outubro, nova decisão da justiça ratificou a não aplicação do GSF e do rateio independente do mês da contabilização.

O grande número de liminares impediu que a CCEE recolhesse os créditos necessários para pagar todas as geradoras com posição credora o que levou a suspensão da liquidação financeira do MCP de setembro/2015.

Neste ínterim foi publicada a MP 688 que dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, convertida na Lei nº 13.203/15, de 11 de dezembro de 2015. A lei abriu a possibilidade para as empresas geradoras mitigarem este risco do negócio, mediante a repactuação do chamado Risco Hidrológico no Ambiente de Contratação Regulado-ACR e no Ambiente de Contratação Livre - ACL. A finalidade foi destravar o MCP.

A repactuação para os geradores hidrelétricos é baseada na transferência do risco hidrológico aos consumidores, mediante o pagamento de um prêmio de risco e na retirada das ações judiciais, aceitando também que, durante a vigência do acordo, não voltarão a demandar este assunto na justiça. Fazendo-se uma analogia, a repactuação é uma espécie de seguro oferecido aos agentes geradores para que nos momentos de hidrologia desfavorável não tenham grandes prejuízos, seja pelas decisões operativas do ONS ou qualquer outra decisão feita no momento. Este mecanismo (prêmio) não busca gerar nenhum tipo de ganho para o gerador, apenas propõe uma forma de minimizar seu risco perante o déficit de geração.

Em atendimento ao estabelecido na Resolução Normativa-ANEEL nº 684, de 11/12/2015, que estabelece os critérios para anuência e demais condições para repactuação do risco hidrológico dos agentes de geração hidrelétrica participantes do MRE, a CEB Geração S/A celebrou o Termo de Repactuação do Risco Hidrológico. Para CEB Geração S/A a Classe de produto optado para a repactuação foi o SP 100, com montante de energia cujo risco hidrológico será repactuado de 97.536,73 MWh.

A repactuação no ACL não foi aceita pelos agentes geradores, de modo que as liminares permaneceram e o mercado de curto prazo permaneceu parcialmente travado. Segundo a CCEE, 65% da contabilização de novembro de 2016 estava sob liminar com GSF não repactuado.

Existem também decisões judiciais que determinam a preferência no recebimento dos recursos financeiros do MCP para alguns agentes. De modo que após a CCEE operacionalizar todas as decisões judiciais vigentes sobre pouco para ser rateado entre os agentes geradores credores.

Brasília, 31 de Dezembro de 2016.

Paulo Afonso Teixeira Machado
Diretor-Geral

José Henrique de Oliveira Vilela
Diretor

Renata Rosa Ribeiro
Contadora
CRC 021789/O-6 DF

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Diretores e Acionistas da CEB GERAÇÃO S/A
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CEB GERAÇÃO S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEB GERAÇÃO S/A em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à CEB GERAÇÃO S/A, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas

normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Das Concessões

Conforme divulgado na nota explicativa nº 3, a Usina Hidrelétrica do Paranoá - UHPA é uma concessão de geração de energia elétrica da CEB GERAÇÃO S/A regulada pelo Contrato de Concessão nº 65/1999 ANEEL, tendo os termos finais estabelecidos nos respectivos atos de outorga ou de prorrogação, com data final estabelecida para 29/10/2019. A Usina Termelétrica Brasília deu-se o término contratual da concessão, no dia 07/07/2015, o processo de caducidade pela ANEEL (ofício 661/2015-SCG/ANEEL) ocorreu devido a vários fatores: projeto da década de 50, foi o custo de energia mais caro do Brasil, ausência de peças, ausência de modernização, questões ambientais e não foi mais despachada pelo NOS desde 2009, sendo até retirada do quadro de Usinas disponíveis à Operação do Sistema Nacional. A Usina não gerava mais receita e está agora passando por processo de avaliação com o objetivo de desmobilização. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Partes Relacionadas

De acordo com o divulgado na nota explicativa nº 21, a Empresa possui transações com partes relacionadas, decorrentes de uso de rede elétrica e de pessoal requisitado do mesmo conglomerado econômico-financeiro. Consequentemente, os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos em transações efetuadas em condições normais de mercado. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Seguros da Companhia

Conforme nota explicativa nº 28, a Companhia adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros, porém verificou que a Usina Hidrelétrica do Paranoá (UHPA) por se tratar de uma usina antiga, seria mais adequada a contratação de seguro com cobertura apenas para geradores e turbinas. A empresa está estudando a contratação de seguro para os citados equipamentos. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Repactuação do Risco Hidrológico

A empresa divulga nas notas explicativas nº 11, 12.1 e 29, sobre o disposto na Lei 13.203/15 que dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica abriu a possibilidade para as empresas geradoras mitigarem este risco de negócio, mediante a repactuação do chamado Risco Hidrológico. Para a CEB GERAÇÃO S/A a classe de produto optado para a repactuação foi o SP 100, com montante de energia cujo risco hidrológico será repactuado de 97.536,73 MWh. O valor a ser ressarcido pela ANEEL, pelo risco hidrológico de 2015, será de, aproximadamente, R\$ 3.803 mil para a CEB Geração S/A. O ressarcimento dos valores liquidados em 2015 ocorrerá por meio da postergação do pagamento do prêmio durante a vigência do contrato de venda, ou seja, o valor do desembolso efetuado em 2015, como resposta aos débitos nas transações do mercado de curto prazo, será tratado como crédito junto à CCEE. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da CEB GERAÇÃO S/A é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



CEB GERAÇÃO S/A

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CEB GERAÇÃO S/A são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estima-

tivas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de janeiro de 2017.

MACIEL AUDITORES S/S **ROGER MACIEL DE OLIVEIRA**
2CRC RS 5.460/O-0 - S - SP ICRC RS - 71.505/O-3 - S - SP
Sócio Responsável Técnico

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
1CRC RS - 65.932/O-7 - S - SP
Sócia Responsável Técnica

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CEB Geração S/A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório Anual da Administração, examinou as

Demonstrações Financeiras, além das informações complementares objeto das Demonstrações do Resultado, das mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, levantados em 31 de dezembro de 2016, elaborados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as peças foram apresentadas de forma comparativa àquelas encerradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. O Colegiado tomou conhecimento do relatório da Maciel Auditores S/S, emitido sem ressalvas em 23.01.2017, bem como se inteirou da proposta relativa à destinação do resultado do exercício de 2016.

Com base nos documentos apresentados e no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal concluiu, por unanimidade, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, sendo de opinião que se encontram em condições de serem submetidas à deliberação final da Assembleia Geral Ordinária da CEB Geração S/A.

Em cumprimento ao disposto no inciso VIII, art. 146 da Resolução nº 38/1990-TCDF, o Conselho Fiscal verificou não existirem, nos registros contábeis da Companhia apresentados ao Colegiado, irregularidades apuradas no exame realizado, encontrando-se normal a situação dos dirigentes responsáveis perante os cofres da Empresa, até a presente data.

Brasília, 20 de fevereiro de 2017.

EDMOND FERNANDO SANTIAGO **LUIZ REIS DE MELLO**
WOLNEY ARRUDA

DIRETORIA EXECUTIVA

Paulo Afonso Teixeira Machado **José Henrique de Oliveira Vilela**
Diretor-Geral Diretor

CONSELHO FISCAL

Edmond Fernando Santiago - Presidente
Luiz Reis de Mello **Wolney Arruda**

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 0017/2017- CAESB. ASSINATURA: 13/02/2017. PROCESSO Nº 092.005278/2016. Pregão Eletrônico nº 167/2016-CAESB. CONTRATANTE: Companhia de Saneamento Ambiental do DF - CAESB OBJETO: Registro de preços para aquisição de peças sobressalentes e acessórios originais/genuínos para utilização de manutenção mecânica em bombas centrífugas de fabricação Worthington/Flowsolve. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 22.202. PROGRAMA DE TRABALHO/NATUREZA DE DESPESA: 17.122.6001.8517/6977.33.90.30. FONTES DE RECURSOS: PRÓPRIOS DA CAESB - Código 11.101.000.000-3. UG: 190.206. GESTÃO: 19.206. PRAZO DE ENTREGA: Até 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data de recebimento e/ou retirada da Nota de Empenho, e/ou pedido de fornecimento ao detentor/representante legal. VIGÊNCIA: Validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no DODF. EMPRESA ADJUDICATÁRIA: TECNOBOMBAS - BOMBAS, MOTORES E SERVIÇOS LTDA. VALOR: R\$ 2.019.204,18 (dois milhões e noventa e nove mil e duzentos e quatro reais e dezoito centavos) para os itens 1 à 313. ASSINANTES: Pela CAESB: Maurício Leite Ludovice - Presidente e Walter Lúcio dos Santos Barros - Diretor de Operação e Manutenção. Pelas TECNOBOMBAS - BOMBAS, MOTORES E SERVIÇOS LTDA: Rafael Santa Cruz Ferreira Sá.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Diretor Financeiro e Comercial da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, diante do que consta nos autos do Processo nº 092.008559/2016, em especial no Termo de Referência da Superintendência de Comercialização - CAC, às fls. 26 a 31, os Despachos desta Diretoria às fls. 08 a 09, 15 a 53, os Pareceres nº 010/2017, 024/2017 e 048/2017 da Parecer da Procuradoria Jurídica às fls. 10 a 12, 16 a 20 e 54 a 55, AUTORIZA a contratação do Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil - Seção Distrito Federal - IEPTB-DF, CNPJ: 05.520.064/0001-37, destinada ao protesto de títulos e outros documentos de dívida vencidos, sem custo para CAESB, mediante Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no Artigo 25, Caput, da Lei nº 8.666/93, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses. Ato ratificado nos termos do Artigo 26, da Lei nº 8.666/93, e com sua publicação determinada no Diário Oficial do Distrito Federal, para que adquira a necessária eficácia. AUTORIZAÇÃO: 20/02/2017, por Marcelo Antônio Teixeira Pinto - Diretor Financeiro e Comercial. RATIFICAÇÃO: 21/02/2017, por Maurício Leite Ludovice - Presidente.

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL

A Caesb torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM, LICENÇA PRÉVIA referente ao Sub-

sistema Produtor de Água Emergencial do Lago Norte com Captação no Lago Paranoá (braço do Torto), localizado no Lago Norte, RA-XVIII do Distrito Federal. Maurício Leite Ludovice, presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO

ITENS 1, 2, 3 e 4: EXCLUSIVOS PARA ME/EPP - TIPO I NO COMPRASNET - LEI DISTRITAL Nº 4.611/2011

ITEM 5: AMPLO

ITEM 6: COTA RESERVADA - TIPO III NO COMPRASNET - DECRETO DISTRITAL Nº 35.592/2014

PREGÃO ELETRÔNICO - PE Nº 034/2017 - CAESB

PROCESSO Nº 092.000430/2017. OBJETO: Registro de Preços para aquisição de uniformes (camisa, jaleco e jaqueta) VALOR ESTIMADO: R\$ 180.650,00; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO: 22.202; PROGRAMA DE TRABALHO: 17.122.6001.8517/6977; NATUREZA DE DESPESA: 339030; Código de Aplicação: 12.403.402.200-3. FONTE DE RECURSO: Recursos Próprios, CÓDIGO: 11.101.000.000-3. PRAZO DE ENTREGA: 30 dias. VIGÊNCIA: 12 meses. ABERTURA: 09/03/2017, às 09 horas no site www.comprasnet.gov.br (UASG: 974200). INFORMAÇÕES: O edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos sites: www.comprasnet.gov.br e www.caesb.df.gov.br. Fone: (61) 3213-7130, E-mail: licitacao@caesb.df.gov.br.

Brasília/DF, 21 de fevereiro de 2017

SILVIO S. GONÇALVES SOARES
Pregoeiro

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico PE 154/2016, processo nº 092.006837/2016, realizado no www.comprasnet.gov.br, UASG: 974200, cujo objeto é registro de preços para aquisição de materiais em ferro fundido, da forma que se segue: Empresa INASA INDUSTRIA NACIONAL DE SANEAMENTO LTDA - ME, CNPJ 13.412.273/0001-95 vencedora dos itens 3, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 98, 100, 105 e 106, com o valor total de R\$ 837.960,79. Empresa SAINT-GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA, CNPJ 28.672.087/0001-62 vencedora dos itens 1, 4, 5, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 26, 27, 96, 97 e 99, com o valor total de R\$ 92.475,13. Itens desertos ou fracassados: item 2, 6, 9, 59, 51, 62, 63, 93, 101, 102, 103, 104, 107, 108

Brasília/DF, 21 de fevereiro de 2017.

JÚLIO CESAR SEGURADO COELHO
Pregoeiro